

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Espírito
Santo

Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas
Ata da Reunião Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2013

1 - Local, data e hora: Na sede da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Avenida Governador Bley, nº 236, Ed. Fábio Ruschi, 4º Andar, Bairro Centro, Vitória-ES, no dia 27 (vinte e sete) de novembro de 2013, às 16h. **2 - Presenças:** Secretário de Estado de Economia e Planejamento, Robson Leite Nascimento; Secretário de Estado Extraordinário de Projetos Especiais e Articulação Metropolitana, José Eduardo Faria de Azevedo; Procurador-Geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice; Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Pablo Rodnitzky; Secretário de Desenvolvimento, Nery Vicente Milani de Rossi; Secretário de Estado da Fazenda, Maurício Cezar Duque; Gerente da Unidade de Parcerias Público-Privadas, Simone Lemos Vieira. Convidados: Anderson Peixoto Jardim (Sefaz); Alexandre Viana Gebara (Sefaz); Rafael Fontes (Seger); Jean Carlos de Oliveira (Seger); José Antonio V. do Amaral (Seger); Leandro Azevedo Terrão (Seger); Manoel Carlos R. Lima (Seger); Ana Paula G.B. Tatagiba (Seger); Maria Leila Casagrande (Seger); Charles Dias de Almeida (Seger); Vera Lúcia T. Ribeiro (Seger); **3 - Ordem do dia:** O Secretário de Economia e Planejamento e Presidente do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, Sr. Robson Leite, inicia a reunião, saudando a todos e informando que haverá inversão de item de pauta, com a apresentação da Proposta Preliminar da PPP para “Implantação, Operação e Gestão Integrada de Núcleos Administrativos do Governo do Estado do Espírito Santo”, pelo Secretário Pablo Rodnitzky. Na sequência será apresentado proposta de projeto de autódromo pelo Secretário Nery de Rossi e, por fim, breve relatório situacional da carteira de projetos do Programa Estadual de PPP, pela gerente da Unidade PPP, Simone Lemos Vieira. O Secretário Pablo inicia a apresentação da proposta preliminar, em que aborda os seguintes pontos: objeto da proposta, principais objetivos, custos estimados, resultados pretendidos, diagnóstico, levantamento de imóveis potenciais e levantamento de áreas potenciais. Salienta que a proposta refere-se à parte administrativa localizada em Vitória, sendo que para uma PPP de prazo de 15 anos, estima-se o OPEX de aproximadamente 68% e CAPEX, 32% do valor total da PPP. O

secretário Robson Leite questiona a real necessidade da quantidade de área para ser edificada. O Secretário da Seger destaca que foi realizado um levantamento do quantitativo dos servidores e uma previsão do quantitativo que será atendido com a construção do novo núcleo administrativo e pelo aproveitamento dos prédios públicos existentes. Ainda sobre o assunto, pede uma reflexão sobre a reforma dos prédios públicos, sobre qual seria o custo x benefício da reforma e se isso traria razoabilidade para o serviço público que prestado. O Secretário Pablo informa que esse projeto de reforma dos imóveis públicos do Centro é uma orientação do Governador do Estado, dentro da ótica de não esvaziar o centro de Vitória, sendo que o patrimônio imobiliário que o Estado possui hoje é muito importante; não se conseguiria construir prédios com o mesmo potencial construtivo se isso fosse feito agora. Anderson Jardim acrescenta que isso pode ser definido no escopo do PMI, caso essa seja a forma de obtenção dos estudos, ou seja, pode ser solicitado no chamamento público um estudo sobre o custo x benefício das reformas que serão realizadas e quais seriam os prédios a serem reformados. O importante é que haja a melhor proposta para o governo. O Secretário José Eduardo sugere que se possa definir os prédios maiores para a reforma e os menores podem entrar na operação. A seguir o Secretário Pablo apresenta os terrenos pertencentes ao Estado e que poderiam abrigar o novo prédio administrativo. Segundo Rafael (Seger) são áreas estratégicas, que foram estudadas pela equipe considerando a localização, o tamanho do terreno e o fato de ser pertencente ao governo do estado. O Secretário Pablo informa, ainda, que tanto a construção quanto o *retrofit* terão como diretriz a construção de prédios com arquitetura funcional, utilizando o melhor em tecnologia e sustentabilidade, eficiência energética, reuso de água, dentre outros, considerando ainda a possibilidade de áreas para exploração comercial por parte do concessionário. Isso envolve uma modelagem arrojada, bem elaborada e que traga a melhor forma de gestão para o Estado. Sobre terrenos na área central existem alguns que necessitariam ser desapropriados, porém podemos inserir no escopo da modelagem para cálculo do VfM. Ao fim da exposição, o CGP-ES aprova a proposta preliminar e a continuidade dos estudos pela Seger. Também aprova que a Seger utilize o instrumento Procedimento de Manifestação de Interesse para obtenção dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos, em conformidade com os Decretos Estaduais nº 2.889/11 e nº 3.138/12. Na oportunidade, o Secretário Robson Leite sugere que, antes do lançamento do edital de PMI, devido à sofisticação do

projeto apresentado e aprovado pelo CGP-ES, sejam realizadas reuniões, encontros em formato a ser definido entre Seger e Unidade PPP, com empresas do setor para ouvir o mercado e buscar sugestões, bem como conhecer as soluções inovadoras em outros Estados, e por fim sugere também conversa com outros Secretários de Estado para ouvir as demandas, principalmente dos que estão trocando de sede. O Secretário Maurício Duque também sugere que no escopo sejam incluídas áreas para arquivos e almoxarifados. Na sequência, o Secretário de Estado de Desenvolvimento, Nery de Rossi, apresenta em linhas gerais, um projeto de autódromo para que os membros do CGP-ES avaliem a possibilidade de elaboração de uma proposta preliminar. Entretanto, considerando a extensa carteira de projetos do Programa PPP e, por outro lado, o significativo comprometimento dos 5% da Receita Corrente Líquida, (Lei Federal 11.079/04), o CGP-ES indica que, por questão de prioridade, não é adequada a inserção de projeto desta natureza no Programa de PPP, até porque há necessidade de manter uma margem de folga do percentual de 5% para projetos voltados à infraestrutura e mobilidade urbana. Na sequência, a gerente da Unidade PPP apresenta o Relatório Situacional dos projetos constantes da Carteira do Programa Estadual de PPP, quais sejam: a) Coleta e Tratamento de esgoto do Município de Serra; b) Ampliação da Rede Faça Fácil; c) Identidade ES; d) Construção e serviços não clínicos do Hospital Estadual Infantil; e) Construção e serviços não pedagógicos de 20 escolas da rede estadual; f) Hidroviário. Sobre a PPP Hospital Infantil, o Procurador do Estado sugere que haja uma busca por maiores informações sobre gestão hospitalar por parte de SPE, com visita técnica a Estados que já possuem PPP com esta formatação. **4 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CGP-ES encerrou a reunião, sendo lavrada a presente Ata.